

4.1 Artigos Originais

4.1.1 Economia Grega: uma análise histórica da adoção do euro e seus resultados econômicos à Grécia

Henrique Yuuki Cortez; Fabio Scaringella Tarikian

Economia Grega: uma análise histórica da adoção do euro e seus resultados econômicos à Grécia

H.Y. CORTEZ¹; F.S. TARIKIAN²

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro

²

COMO CITAR O ARTIGO:

CORTEZ, Y.H.; TARIKIAN, F.S **Economia Grega: uma análise histórica da adoção do euro e seus resultados econômicos à Grécia.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, **v. , n. , p. , 2023.**

RESUMO

O presente artigo, além de empreender uma sucinta análise histórica e elucidar a economia grega, bem como sua vinculação com o Euro e a União Europeia, almeja investigar a veracidade da hipótese de que a adoção do Euro pela Grécia teve responsabilidade no declínio de sua situação econômica ao término da década de 2000. Com a utilização de indicadores econômicos (PIB; Balança comercial; Taxa de desemprego; Taxa de juros e Índice de inflação. Fornecidos pelo Banco Central Europeu) esta pesquisa busca compreender o possível impacto no estado econômico do país que a introdução ao Euro possa ter causado. E definir se é possível obter uma correlação concreta e evidente de causa e efeito deste fato com a crise econômica que se instaurou a partir de 2007 e ainda encontra resquícios de sua presença até mais de uma década depois (dados coletados até 2021).

Palavras Chave: Economia Grega, União Europeia, política econômica, euro, bloco econômico.

ABSTRACT

This article, besides undertaking a succinct historical analysis and elucidating the Greek economy and its connection with the Euro and the European Union, aims to investigate the veracity of the hypothesis that Greece's adoption of the Euro was responsible for the decline in its economic situation at the end of the 2000s. Using economic indicators (GDP; Trade balance; Unemployment rate; Interest rate; and Inflation rate) provided by the European Central Bank, this research seeks to comprehend the potential impact on the country's economic state that the introduction to the Euro may have caused. It also aims to determine whether a concrete and evident correlation of cause and effect can be obtained regarding this fact with the economic crisis that emerged in 2007 and still leaves traces of its presence more than a decade later (data collected up to 2021).

Keywords: Greek Economy, European Union, Economic Policy, Euro, Trading Blocs.

1 INTRODUÇÃO

A adoção do Euro pela Grécia em 2001 ocorreu depois de uma forte pressão política no país e solidificou sua presença na União Europeia por completo. Tal fato alterou o modo com que as políticas econômicas no país eram e poderiam ser aplicadas como um todo, agora se vendo obrigada a obedecer ao Banco Central Europeu. O país em troca receberia os benefícios que fazer parte de um dos maiores blocos econômicos do mundo traz, como o comércio facilitado pela moeda única e a força no câmbio internacional que o Euro traz consigo (ALOGOSKOUFIS, 2019).

Contudo, alguns anos após o ato, o país se encontrou em uma grave crise financeira e a mesma perdurou por um período extenso, causando mudanças consideráveis na condição econômica do país, que se viu com grandes dívidas internacionais e sem meios de poder pagá-las, levando o Estado grego a pedir resgates financeiros ao Fundo Monetário Internacional diversas vezes e a renegociar várias dívidas a fim de evitar uma falência completa (SOARES, 2013).

Este artigo procurou por evidências empíricas que comprovassem a veracidade da hipótese de que a adoção do Euro pela Grécia foi o ato que causou a grande crise econômica que se instaurou no país. Para atingir tal objetivo, foram feitas análises históricas divididas entre uma breve explicação e conceitualização da União Europeia e seus pormenores, e um mapeamento do comportamento político/econômico em meados da segunda metade do século XX (após uma guerra civil no Estado) até o período da década de 2010, que buscava controlar e combater a situação crítica em que o país se encontrava.

O artigo também contou com o uso de indicadores econômicos fornecidos pelo Banco Central Europeu (Produto Interno Bruto, Balança comercial, Taxa de desemprego, Juros e Índice de inflação) que tiveram por objetivo trazer mais clareza sobre o quadro econômico que o país se encontrou antes e durante a crise.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A união europeia e o euro

A União Europeia (UE) é uma união político-econômica de atuais 27 Estados-membros independentes, originando-se com a CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e na (CEE) Comunidade Econômica Europeia, formadas por seis países em 1957. Nos anos seguintes, a influência da UE foi aumentando de dimensão através da adesão de novos membros, ao mesmo tempo que aumentava sua importância perante os membros originários, através da inclusão de novas competências políticas (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2021).

O bloco veio a ter o nome atual em 1993, com o Tratado de Maastricht¹. A última atualização dos princípios constitucionais da UE, entrou em vigor em 2009, em Lisboa (CAMARGO, 2008).

O processo de formulação de decisões no âmbito da União Europeia envolve a participação de diversas instituições europeias, a saber:

¹ O Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia, foi um acordo assinado por países europeus em 7 de fevereiro de 1992, na cidade de Maastricht, Holanda. Esse tratado teve como principal característica o aprofundamento das reformas para a implementação da União Europeia (UE). Ele conferiu à UE uma dimensão política significativa, fortalecendo a legitimidade democrática das instituições existentes e abordando questões como educação, energia, agricultura, meio ambiente e saúde para a comunidade europeia. (CRAWFORD, 1993)

- I. O Parlamento Europeu (PE/Parlamento);
- II. O Conselho da União Europeia;
- III. A Comissão Europeia.

O Parlamento Europeu (PE) é escolhido pelos cidadãos da União Europeia para representar seus interesses. Seus membros são eleitos de forma direta pelos cidadãos europeus. As eleições ocorrem a cada cinco anos e todos os cidadãos do bloco têm o direito de votar, assim como de se candidatar. Dessa forma, o Parlamento expressa a vontade democrática dos aproximadamente 500 milhões de cidadãos da União e representa seus interesses nas negociações com as demais instituições da UE (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2008).

O Conselho é a principal instituição com autoridade de decisão na União Europeia. Ele representa os Estados-Membros e conta com a participação de um ministro do governo nacional de cada país em suas reuniões. A principal função do Conselho é aprovar legislação em áreas em que a UE consolidou sua soberania (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2008).

A Comissão Europeia é uma instituição independente dos governos nacionais e tem como missão representar e defender os interesses da União Europeia como um todo.

Ela é responsável por apresentar propostas legislativas tanto ao Parlamento Europeu quanto ao Conselho, desempenhar um papel fundamental na gestão e execução das políticas e do orçamento da EU e garantir o cumprimento da legislação da UE, trabalhando em conjunto com o Tribunal de Justiça e, por fim, representar a União Europeia em âmbito internacional, sendo encarregada de negociar acordos entre a UE

e países terceiros (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2008).

As legislações da União Europeia são principalmente compostas por diretrizes e regulamentos. As diretrizes estabelecem metas comuns para todos os Estados-Membros, mas permitem que as autoridades nacionais determinem os métodos e formas de alcançá-las. Geralmente, os Estados-Membros têm um prazo de um a dois anos para incorporar uma diretriz à legislação nacional. Por outro lado, os regulamentos são aplicáveis diretamente em toda a União Europeia a partir do momento em que entram em vigor, não exigindo qualquer ação adicional por parte dos Estados-Membros (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2008).

As regras e procedimentos para o processo decisório da União Europeia estão estabelecidos nos tratados. Todas as propostas de novas legislações europeias devem ser fundamentadas em um artigo específico do Tratado, conhecido como "base jurídica" da proposta, o qual determina o procedimento legislativo a ser seguido (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2008).

A UE instituiu um mercado comum, onde há um sistema harmonizado de leis que se aplicam a todos os seus membros, o objetivo é de assegurar uma livre circulação de serviços, bens, pessoas e capitais. Além de legislar assuntos de justiça comuns e criar políticas gerais de comércio, agricultura e desenvolvimento regional para todos os membros. No denominado espaço Schengen², por exemplo, não há passaportes, com livre entrada e saída de indivíduos entre os membros

² Espaço Schengen é a área composta por países da Europa que assinaram o Acordo ou o Tratado de Schengen, que visa regular a livre circulação de pessoas, bens, serviços e valores entre os países signatários. (ZAIOTTI, 2011)

do acordo, sendo composto por 22 membros e 4 não membros da UE (OVERTVELDT, 2012).

Como já salientado, o bloco representa economicamente cerca de 20% do PIB global em 2010 (medido em termos de paridade de poder de compra) (ECB, 2023) e conta com uma população total de 448 milhões de pessoas. Sua influência é reconhecida também pela sua representação nas Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio, no G7 e no G20 (OVERTVELDT, 2012).

A união monetária do bloco foi criada em 1999 e denominada por Zona Euro, sendo composta por 19 Países que obrigatoriamente adotam a mesma moeda (Euro) e as medidas econômicas que a União deferir (OVERTVELDT, 2012). O Euro foi criado com o objetivo de formar um mercado único onde há por exemplo flexibilização de viagens, fim de problemas de taxas de câmbio, transparência de preços, estabilidade de preços e taxa de juros, proteção da moeda de crises externas com um grande comércio interno na Zona Euro e servir como uma moeda de reserva do mundo, estando apenas atrás do dólar nessa função. O Banco Central Europeu (BCE) é quem administra o euro e as medidas monetárias dos que o adotam (ECB, 2023).

O BCE, estabelecido em 1998 e localizado em Frankfurt, Alemanha, tem como responsabilidades gerir o Euro, e garantir a estabilidade de preços para mais de dois terços dos cidadãos da UE que utilizam o euro. Além disso, o Banco é encarregado de definir e implementar a política monetária na área do euro (OVERTVELDT, 2012).

Para cumprir suas atribuições, o BCE trabalha em conjunto com o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). A zona euro, composta pelos países que adotaram o euro, juntamente com o Banco Central

Europeu e os respectivos bancos centrais nacionais, formam o chamado Eurossistema (OVERTVELDT, 2012).

O BCE opera com total independência. Nem o BCE, nem os bancos centrais nacionais do SEBC, nem os membros de seus órgãos de decisão podem receber ou solicitar instruções de qualquer outra entidade. As instituições da UE e os governos dos Estados-Membros devem respeitar esse princípio e não buscar influenciar o BCE ou os bancos centrais nacionais (OVERTVELDT, 2012).

Uma das principais missões do BCE é manter a estabilidade de preços na área do euro, de modo que o poder de compra da moeda não seja afetado pela inflação. O BCE se esforça para garantir que o aumento anual dos preços ao consumidor seja inferior a 2% a médio prazo, embora próximo desse valor (OVERTVELDT, 2012).

Para alcançar esse objetivo, o BCE fixa taxas de juros de referência com base na análise da evolução econômica e monetária. As taxas de juros são aumentadas quando se deseja reduzir a inflação e são diminuídas quando se considera que o risco de inflação é limitado. (SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, 2008)

2.1.1 A Grécia pré UE

Após o fim de uma guerra civil, a Grécia experimentou um "milagre" econômico entre 1953 e 1973. Com a consolidação fiscal, a desvalorização da moeda e a reforma monetária, a economia grega se reconstruiu rapidamente, alcançando uma taxa média de crescimento anual do PIB real per capita de 6,8%. Durante esse período, a estabilidade monetária foi mantida, com baixa inflação e uma taxa de

câmbio fixa em relação ao dólar por quase duas décadas (ALOGOSKOUFIS, 2021).

A economia grega beneficiou-se de assistências financeiras significativas, como o Plano Marshall³, e aderiu a instituições econômicas internacionais. O país seguiu uma estratégia de desenvolvimento econômico e estabilidade monetária, financiando investimentos internos com poupança doméstica. Embora o balanço comercial permanecesse em déficit, o déficit em conta corrente foi relativamente baixo, graças aos superávits em serviços, provenientes do turismo e do transporte marítimo (ALOGOSKOUFIS, 2021).

A estabilidade da taxa de câmbio do dracma (moeda grega) em relação ao dólar foi crucial para a política de baixa inflação. No entanto, a partir de 1980, devido a uma desestabilização fiscal e monetária, a Grécia enfrentou desvalorizações contínuas da moeda. A adesão ao Mecanismo de Taxas de Câmbio e, posteriormente, à área do euro em 2001 marcou o fim desse ciclo de desvalorizações e um período de baixa inflação (ALOGOSKOUFIS, 2021).

Apesar da ocorrência de um golpe militar em 1967 e de uma ditadura subsequente, o crescimento econômico continuou. Houve uma mudança gradual na política econômica, resultando em uma expansão fiscal e de crédito excessiva, levando ao aumento dos déficits em conta corrente e à inflação nos anos 1970. Internacionalmente, o período terminou com o colapso do sistema de Bretton Woods em 1973, que

³ O Plano Marshall representou uma assistência econômica dos Estados Unidos com o intuito de recuperar a Europa após o término da Segunda Guerra Mundial. Os principais propósitos desse plano eram assegurar o respaldo dos países da Europa Ocidental à causa americana e impedir a expansão da União Soviética sobre o Ocidente. Consequentemente, os Estados Unidos garantiam a influência capitalista na Europa, contrapondo-se ao regime comunista liderado pelos soviéticos. (BENHAM, 1956)

causou instabilidade monetária e crises do petróleo (ALOGOSKOUFIS, 2021).

Em resumo, o período entre 1953 e 1973 foi marcado por um "milagre" econômico na Grécia. A economia cresceu rapidamente, com estabilidade monetária e baixa inflação. A assistência financeira, a participação em instituições internacionais e a política de desenvolvimento econômico foram fatores-chave para esse sucesso. No entanto, desafios surgiram posteriormente, com desvalorizações monetárias e instabilidade nos anos seguintes (ALOGOSKOUFIS, 2021).

2.1.2 A economia grega pré-adesão ao Euro

A Grécia se tornou uma república parlamentarista democrática apenas em 1974, depois de uma guerra civil que resultou em uma ditadura militar que perdurou 7 anos. Com esse cenário de instabilidade política devido a recente transformação do sistema de governança, o país sofreu muito com a dívida pública e outros fatores econômicos e, após diversas tentativas, só conseguiu cumprir as exigências da União Europeia para adotar o euro em 2001 (KOLIOPOULOS, 2010).

Segundo Balcerowicz e Fischer (2006), a experiência de crescimento da Grécia na União Europeia foi marcada por dois períodos, sendo o primeiro de divergência (1981 a 1995) e o segundo de convergência (1996 a 2002). Em janeiro de 1981 a Grécia se juntou a UE e em janeiro de 2001 adotou o euro.

Na introdução da Grécia à UE, antes da adoção ao Euro, o país possuía um produto interno bruto (PIB) per capita equivalente a 59% da média dos países da área do euro atualmente. Porém, no final de 2002, o PIB per capita da Grécia em relação à área do euro havia caído para

56%. Até meados da década de 1990, o produto per capita da Grécia em relação à área do euro caiu onze pontos percentuais.

Na segunda metade dos anos 1990 até o final de 2002, o país recuperou três quartos do que havia perdido. Desde 1996, em termos per capita, a Grécia cresceu mais rápido todos os anos do que a área do euro, com uma média anual de 1,5 ponto percentual, em comparação ao período de 1981 a 1995, em que houve um crescimento mais lento de 1,4 ponto percentual ao ano. Nas palavras de Balcerowicz e Fischer (2006, p. 270):

O forte desempenho de crescimento da economia grega rumo ao euro e nos últimos anos, em comparação com um desempenho muito decepcionante nos quinze anos seguintes à entrada na UE, não é um enigma. Isso pode ser explicado por melhores políticas macroeconômicas (consolidação fiscal e estabilidade de preços) e reformas estruturais (redução do papel do Estado na economia e liberalização dos mercados financeiro, de trabalho e de produtos) - fatores que se mostraram propulsores de um crescimento mais rápido de acordo com a literatura empírica sobre crescimento. Fatores temporários também desempenharam um papel, principalmente a queda substancial das taxas de juros para os níveis da área do euro nos últimos anos.

As condições macroeconômicas gregas haviam se deteriorado tanto até meados dos anos 1990 que cumprir os critérios de Maastricht eram inimagináveis. Algumas das reformas podem ter sido difíceis para o público grego aceitar, principalmente em questões estruturais que são decididas no âmbito e implementadas por diretrizes da EU em frequência (BALCEROWICZ; FISCHER, 2006)

Apesar dos desequilíbrios existentes, a Grécia conseguiu fazer algumas mudanças em relação às políticas da década de 1980, garantindo sua participação na área do euro, com um pequeno atraso em relação aos membros iniciais. Embora a economia grega tenha

permanecido com baixa competitividade internacional e desequilíbrios fiscais significativos, houve melhorias no controle da inflação e na limitação do crescimento da relação dívida pública/PIB (ALOGOSKOUFIS, 2019)

No final da década de 1990, após garantir a participação na área do euro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ expressou otimismo, mas também levantou preocupações sobre os desafios futuros. Embora tenha havido melhorias no crescimento econômico e na inflação, era necessário enfrentar questões importantes.

Dessa forma, foi destacada a necessidade de uma política fiscal mais rigorosa, com cortes de gastos acompanhando possíveis cortes de impostos. Além disso, as reformas abrangentes na saúde, pensões e administração, bem como reformas estruturais em outras áreas, foram consideradas fundamentais para melhorar a eficiência do setor público e garantir uma redução rápida da dívida (ALOGOSKOUFIS, 2019)

Em resumo, a Grécia passou por ajustes e esforços para alinhar sua economia com as prioridades da União Europeia, buscando controlar a inflação e a dívida governamental. No entanto, foram destacadas preocupações sobre a necessidade de reformas mais profundas e uma política fiscal mais restritiva para enfrentar desafios futuros. (ALOGOSKOUFIS, 2019)

⁴ A OCDE foi criada em 1960 e conta com cerca de 30 membros de diversas regiões, além de ter relações com mais de 70 países não-membros. Com foco na área social e econômica, a organização busca promover a boa governança estatal e empresarial, o desenvolvimento social e o crescimento econômico por meio da cooperação institucional e política, utilizando mecanismos como negociações, pesquisas, reuniões, compartilhamento de experiências e revisões por pares. Sua sede fica em Paris (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 1994)

2.1.3 A integração ao bloco monetário

A adoção grega ao euro é considerada por alguns autores um erro, como Soares (2013) pois o país ainda não cumpria todos os requisitos de entrada e nem estava preparado para adotar a política da união monetária que não era indicada para o mesmo.

A entrada do país no euro não trouxe aos gregos a tão desejada estabilidade e crescimento. A Grécia continua a aproximar-se do abismo a um ritmo alucinante e, nem mesmo os sucessivos resgates económicos que têm vindo a ser feitos ao país, conseguem que ele se consiga erguer e iniciar um novo caminho em direção à prosperidade económica. Desde o rebentamento da crise em 2008, que a Grécia continua a tentar sobreviver (Soares, 2013, p. 53).

Após a participação na área do euro, a Grécia passou por três ciclos de política macroeconómica. No primeiro ciclo, houve uma euforia macroeconómica com a redução das taxas de juros nominais e reais. No entanto, os déficits fiscais aumentaram novamente devido às medidas eleitorais, como aumentos salariais, pensões e cortes de impostos. Isso levou a um rápido crescimento da dívida pública, que foi transformada em dívida externa (ALOGOSKOUFIS, 2019).

Ainda segundo Alogoskoufis (2019) A adesão à área do euro também resultou em uma queda significativa nas taxas de juros, permitindo que os indivíduos, empresas e governo grego tomassem empréstimos a taxas baixas. Esse aumento do crédito impulsionou o investimento, reduziu as economias e aumentou a demanda agregada, o crescimento e o emprego, mas também causou um rápido deterioramento da conta corrente.

Devido à sensação falsa de segurança proporcionada pela participação na área do euro, indicativos de que a economia não estava em níveis considerados estáveis, como o aumento do déficit da conta corrente e a queda do desemprego sem causar um aumento na inflação, foram amplamente ignorados por um longo período. Embora tenha sido implementado um programa de estabilização após os Jogos Olímpicos de 2004, ele foi interrompido devido à instabilidade política e à crise econômica e financeira global de 2008-2009 (ALOGOSKOUFIS, 2019).

Em resumo, a participação na área do euro trouxe benefícios iniciais, como a redução das taxas de juros, mas também contribuiu para o aumento dos déficits fiscais, a transformação da dívida pública em dívida externa e o aumento do déficit da conta corrente, que acabaram por contribuir no colapso econômico grego a partir de 2008 (ALOGOSKOUFIS, 2019).

2.1.4 O comportamento econômico grego sobre a crise de 2008

Com a crise dos *subprimes* de 2008⁵, a economia europeia apresentou valores negativos de Produto Interno Bruto (PIB) para a grande parte de seus integrantes, porém, economias mais fortes como a alemã conseguiram recuperar rapidamente seus padrões de crescimento e de riqueza, todavia isso não aconteceu com a economia Grega, que teve seus valores de PIB diminuindo anualmente até entrar em recessão e necessitar de resgates financeiros (SOARES, 2013).

⁵ A crise financeira de 2008 foi desencadeada pela falência do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos. Isso levou a uma série de colapsos financeiros em todo o mundo, conhecida como "crise dos *subprimes*". Para evitar um colapso total, governos em todo o mundo tomaram medidas de resgate e injeção de capital em instituições financeiras. A crise resultou em uma recessão global, com efeitos significativos nos mercados financeiros, na economia real e no desemprego. As consequências da crise de 2008 continuaram a ser sentidas por muitos anos e provocaram mudanças significativas na regulamentação financeira e na política econômica. (SOROS, 2009)

Ainda de acordo com Soares (2013), a crise da dívida pública da zona euro (que traça sua origem a crise de 2008) deixou a Grécia incapaz de refinarçar ou pagar duas dividas públicas sem necessitar de interferência externa e a não participação de uma união fiscal e sim monetária fez com que o governo grego não pudesse tomar medidas econômicas sem o consentimento do grupo.

Em 2008, o país helênico já estava com a maior taxa de dívida externa em relação ao PIB entre os Estados da União Monetária Europeia. Esse padrão pode ter contribuído em impedir o acesso aos mercados de capital internacionais, já que investidores poderiam duvidar da solvência da acumulação da dívida externa (SCHODER, 2013).

A discrepância entre a fração relativamente pequena da economia grega no cenário mundial, ou até europeu e a grande repercussão internacional que sua crise provocou, demonstra o estado instável das economias europeias. Como descrito por Nikiforos (2015), a Grécia já sofria há muito tempo com déficits fiscais, o que levou a um acúmulo massivo de dívida externa.

Ainda de acordo com Nikiforos (2015), os países com alta produtividade da União Europeia possuem uma vantagem competitiva permanente sobre aqueles com produtividades inferiores, o que gera uma dívida externa 'semi-estrutural' para os países periféricos Europeus, e o problema se amplifica aos caminhos divergentes dos preços de mão-de-obra e a inflação entre os estados-membro. Com isso, a solução da crise grega iria requerer uma integração maior fiscal, financeira e política na Europa, para corrigir essas discrepâncias externas, ou uma desintegração completa e retirada do Euro.

Portanto, a política econômica grega, (apelidada por '*hard-drachma*' e considerando a subsequente adoção ao euro), visando uma estabilidade de preços, deterioraram o balanço externo do país e sua posição econômica internacional, gerando assim uma perda de competitividade, que também teve por consequência o déficit externo tornar-se semi-exógeno, se ampliando a um déficit interno, tanto público como privado (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) interviu na situação, porém, sem cancelar a dívida, pelo “risco de implicações internacionais e contaminação” (IMF, 2015, p38). Com ajuda externa, a Grécia contou com 215 bilhões de euros para pagar sua dívida, onde €32 bilhões foram provenientes do FMI (IMF, 2015). É estimado por Rocholl (2016) que desses €215 bilhões, apenas €9,7 bilhões (4,5% do valor total) foram utilizados para cobrir os déficits primários. As estimativas indicam que os programas de ajuste gregos serviram para cobrir as dívidas dos credores exteriores do país (setores oficiais e privados) e para o setor bancário doméstico.

Em 2019, o Banco central (ECB, 2023) informou que a dívida externa grega ainda continua alta, com 212.4% do PIB do país no ano. Apesar disso, outros indicadores apontam para uma futura recuperação da situação socioeconômica do país, a taxa de desemprego diminuiu constantemente desde 2013, onde abaixou cerca de 8.5% em 5 anos e o produto interno bruto deixou de cair a partir de 2017, e em 2019 retornou ao patamar que apresentava entre 2012-2013 (EUROSTAT, 2023b). São indicadores que ainda deixam a desejar, mas apontam para uma futura recuperação completa da economia grega.

Com isso, viu-se um país que se encontrava em uma grave crise econômica e estava incapaz de tomar ações que pudessem combatê-la e o que parecia ser o caminho natural de um país europeu de se juntar a um dos maiores blocos econômicos do mundo para garantir seus benefícios acabou se revelando um grande problema.

2.2 Resultados econômicos: indicadores macroeconômicos

Para apurar resultados sobre a economia grega e compreender seu desenvolvimento, serão utilizados indicadores macroeconômicos que permitem uma visão integral e representativa sobre a aplicação das políticas econômicas vigentes no período relevante.

Os indicadores macroeconômicos são cruciais para avaliar o desempenho e a saúde econômica de um país. Eles oferecem informações sobre diversos aspectos, como crescimento econômico, inflação, desemprego e produção industrial. Governos, instituições financeiras, investidores e analistas os utilizam para tomar decisões informadas e prever tendências econômicas (PAULANI; BRAGA, 2008)

Essas medidas quantitativas refletem o estado geral da economia em um determinado período, sendo calculadas com base em dados coletados de várias fontes. Os indicadores macroeconômicos são essenciais para compreender a economia de um país, identificar pontos fortes e fracos, tomar medidas corretivas, tomar decisões de investimento e avaliar riscos. Além disso, desempenham um papel crucial na comparação do desempenho econômico entre diferentes nações e na compreensão das condições globais (GARCIA; SANDOVAL, 2017).

Pelas razões expostas, os indicadores selecionados para análise, extraídos pelo portal do Banco Central Europeu (EUROPA.eu, 2023) e o

site trandingeconomics.com serão: o Produto Interno Bruto (PIB); a Balança comercial; a taxa de juros e a taxa de inflação, dando conta de compreender os efeitos da adoção do Euro e seus resultados econômicos à Grécia.

2.4 Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida amplamente utilizada para quantificar o valor total de bens e serviços produzidos em uma economia durante um determinado período, geralmente um ano. É considerado um indicador fundamental do tamanho e do desempenho econômico de um país. O PIB engloba todas as atividades econômicas realizadas dentro das fronteiras de uma nação, sejam elas produção de bens tangíveis, como automóveis e alimentos, ou serviços intangíveis, como educação e saúde (GARCIA; SANDOVAL, 2017).

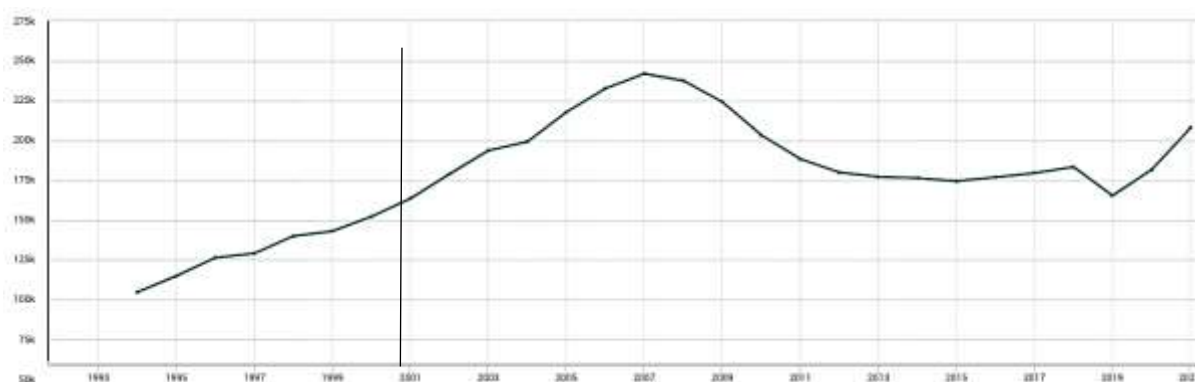
O cálculo do PIB leva em consideração o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país, excluindo as transações intermediárias. Ele é composto por quatro componentes principais: consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas (exportações menos importações). O consumo representa os gastos das famílias em bens e serviços, o investimento abrange os gastos das empresas em capital fixo e estoques, os gastos do governo incluem os investimentos públicos e o consumo do setor público e as exportações líquidas refletem a diferença entre as exportações e as importações (PAULANI; BRAGA, 2008)

O PIB é amplamente utilizado para comparar o desempenho econômico entre países, medir o crescimento econômico ao longo do tempo e avaliar a saúde geral de uma economia. No entanto, vale

ressaltar que o PIB possui limitações, pois não leva em consideração fatores como distribuição de renda, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Portanto, outras medidas complementares, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são utilizadas para fornecer uma visão mais abrangente do progresso socioeconômico (GARCIA; SANDOVAL, 2017).

A figura 1 indica que o PIB da economia grega apresentava um crescimento contínuo nos anos 90 e a adoção ao euro não mudou este padrão, porém, em 2007 o pico é alcançado e o PIB começa a decair, atingindo uma baixa em 2019 similar aos números em 2001 (EUROSTAT, 2023b).

Figura 1 – Evolução do PIB Grécia



Fonte: Eurostat, 2023b.

O Euro não aparentou promover mudanças notáveis ao PIB grego nos primeiros anos de sua implementação. Apenas a partir de 2007 sua queda é notável, coincidindo com a crise dos *subprimes* de 2008, resultando num nível abaixo do pico desde então, com um novo

crescimento somente a partir de 2019, até ao menos 2021, data mais atual de onde os dados foram coletados.

2.4.1 Balança comercial

A balança comercial de um país é um indicador econômico que registra a diferença entre o valor das exportações e o valor das importações de bens e serviços durante um determinado período, geralmente um ano. É uma parte importante da conta corrente de um país, que mede as transações comerciais internacionais (GARCIA; SANDOVAL, 2017)

Quando as exportações de um país excedem as importações, ocorre um superávit na balança comercial, o que significa que o país está exportando mais do que importando. Por outro lado, quando as importações superam as exportações, ocorre um déficit na balança comercial. A balança comercial reflete a competitividade de um país no mercado internacional e a demanda por seus produtos e serviços no exterior.

Um superávit na balança comercial pode indicar que o país tem uma indústria exportadora forte e uma vantagem competitiva em determinados setores. Por outro lado, um déficit pode indicar uma dependência das importações ou uma falta de competitividade nos mercados internacionais. A balança comercial também tem impacto na moeda de um país. Um superávit pode fortalecer a moeda local, enquanto um déficit pode levar à desvalorização da moeda (GARCIA; SANDOVAL, 2017).

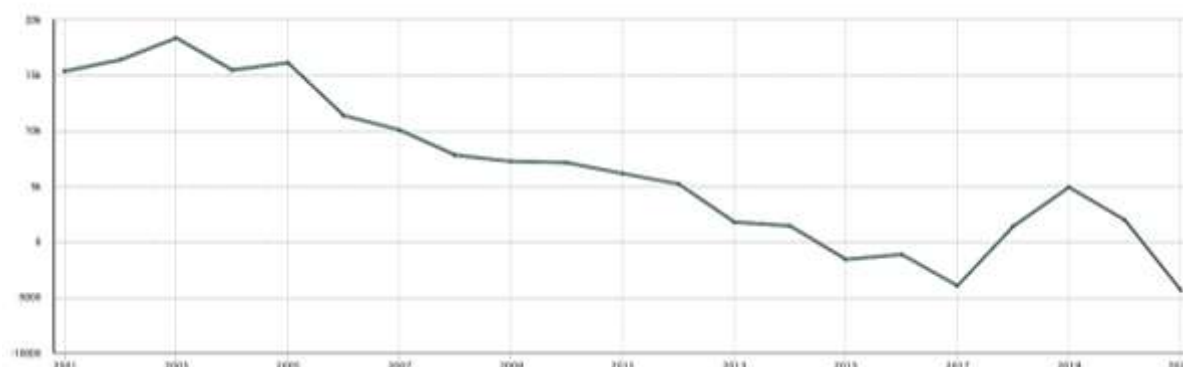
É importante destacar que a balança comercial é apenas um aspecto do comércio internacional de um país e outros componentes da

conta corrente, como serviços, transferências unilaterais e rendimentos do investimento estrangeiro, também influenciam o saldo geral das transações internacionais.

Diferente do PIB, podemos ver que a balança comercial da Grécia está caindo de superavitária para deficitária antes da queda do PIB de 2007, ou seja, a balança comercial Grega já estava em decadência e o país chegou a entrar em déficit em 2015 e 2021 (figura 2).

É notável a inversão da balança comercial do país, demonstrando que ele passa a importar produtos cada vez mais em relação ao que exporta, sendo possível assim notar a queda de competitividade no mercado internacional e uma aparente incapacidade de produzir e oferecer produtos que satisfaçam as necessidades da população grega.

Figura 2 – Evolução da BC Grécia



Fonte: Eurostat, 2023b.

2.4.2 Taxa de desemprego

A taxa de desemprego é um indicador econômico que mede a proporção da força de trabalho de uma economia que está desempregada, ou seja, a porcentagem de pessoas que estão

disponíveis e dispostas a trabalhar, mas não estão empregadas (GARCIA; SANDOVAL, 2017)

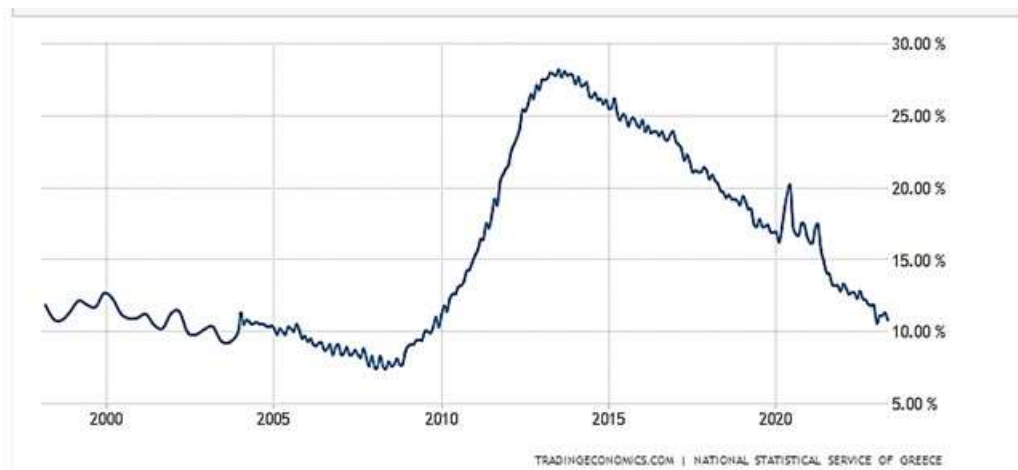
Ela é calculada dividindo o número de pessoas desempregadas pela força de trabalho total e multiplicando o resultado por 100 para obter a porcentagem. A força de trabalho inclui tanto as pessoas empregadas quanto aquelas que estão desempregadas, mas procurando ativamente por emprego.

O indicador é importante para avaliar a saúde do mercado de trabalho de um país e a capacidade de sua economia em gerar empregos. Uma taxa de desemprego alta pode indicar uma economia em dificuldades, com falta de oportunidades de emprego e subutilização de recursos humanos. Por outro lado, uma taxa de desemprego baixa pode indicar uma economia saudável, com um mercado de trabalho ativo e oportunidades de emprego disponíveis.

A taxa também é um indicador amplamente utilizado na formulação de políticas econômicas e sociais. Governos e instituições utilizam essa informação para avaliar a eficácia de suas políticas de emprego, identificar grupos populacionais específicos que enfrentam maior dificuldade em encontrar trabalho e desenvolver estratégias para combater o desemprego.

A taxa de desemprego da Grécia se mantinha relativamente constante da adoção ao euro até 2010, apresentando uma leve queda de 2005 a 2008. Porém a partir deste período a taxa demonstra um aumento de 170% até 2013, onde voltou a abaixar até atingir os níveis atuais (2021) de 10%, que são similares aos níveis da primeira década dos anos 2000 (figura 3).

Figura 3 – Evolução Taxa de Desemprego Grécia



Fonte: tradingeconomics

2.4.4 Taxa de juros

A taxa de juros é o percentual utilizado para calcular o custo do dinheiro emprestado ou a remuneração pelo dinheiro depositado em uma instituição financeira. É um instrumento utilizado pelos bancos centrais e instituições financeiras para controlar a oferta de dinheiro na economia e influenciar variáveis econômicas, como investimentos, consumo e inflação (GARCIA; SANDOVAL, 2017)

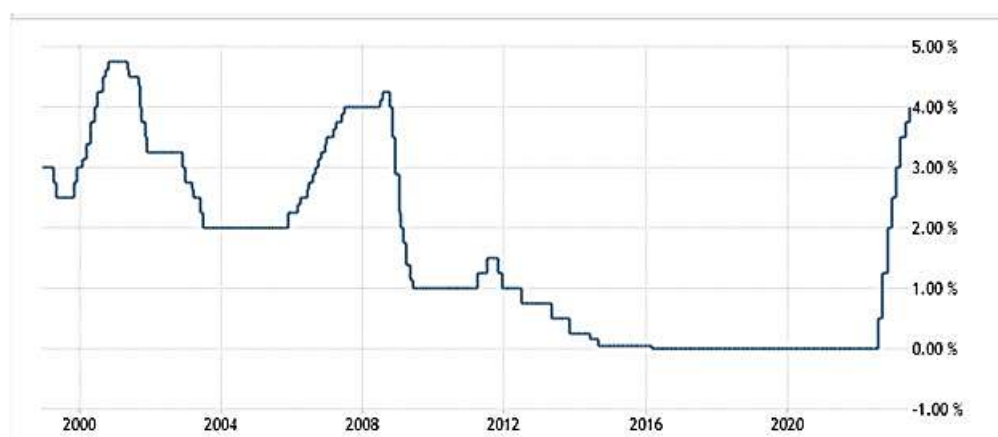
No caso de empréstimos, ela representa o valor adicional que o mutuário deve pagar em relação ao montante principal que foi emprestado. Ela é determinada com base em fatores como a taxa básica de juros estabelecida pelo banco central, o risco do empréstimo, a duração do empréstimo, a inflação esperada e a oferta e demanda de crédito. Taxas de juros mais altas tendem a desencorajar o consumo e o investimento, enquanto taxas mais baixas estimulam essas atividades.

Quando se trata de depósitos bancários, a taxa representa a remuneração que os depositantes recebem por deixar seu dinheiro nas

instituições financeiras. Ela é definida pelo banco e varia de acordo com o tipo de conta, o prazo do depósito e as condições do mercado.

O indicador desempenha um papel fundamental na política monetária de um país, pois afeta o custo do crédito, a disponibilidade de recursos financeiros e, conseqüentemente, o crescimento econômico e a estabilidade financeira. O gráfico apresentado na figura 4 demonstra que a taxa de juros grega entre 2001 e 2020 teve uma divergência de cerca de 4%, onde os picos foram de 4% em 2001 e o fim de 2021 e 0% de 2016 ao início de 2021, uma taxa de juros em níveis ordinários e com mudanças que tentaram acompanhar a baixa inflação que o país estava passando principalmente a partir de 2013. O pico final do gráfico pode ser correlacionado a pandemia do vírus COVID-19, que levou a um aumento drástico da inflação do país para 10%, onde se viu necessário o aumento da taxa de juros na tentativa de ‘frear’ a economia e o aumento de preços pelo incentivo ao investimento com juros maiores.

Figura 4 – Evolução Taxa de Juros Grécia



Fonte: tradingeconomics

2.4.5 Índice de inflação

O Índice de Inflação é uma medida que quantifica a variação média dos preços de uma cesta de bens e serviços ao longo do tempo. Ele é utilizado para monitorar e acompanhar o aumento geral dos preços em uma economia, refletindo a taxa de inflação. (PAULANI; BRAGA, 2008)

Esse índice é calculado com base em uma cesta de produtos e serviços representativa, que reflete os padrões de consumo da população-alvo. Essa cesta é composta por diversos itens, como alimentos, habitação, transporte, educação, saúde e outros. A variação dos preços desses itens ao longo do tempo é ponderada de acordo com sua importância relativa na cesta de consumo, resultando no índice de inflação.

Ele fornece uma medida da taxa de aumento geral de preços na economia. Ele é utilizado para monitorar a estabilidade de preços, auxiliar na formulação de políticas econômicas, ajustar contratos financeiros, como aluguéis e salários, e avaliar o impacto da inflação na vida cotidiana das pessoas.

É importante ressaltar que a inflação pode afetar negativamente o poder de compra da moeda, pois um aumento generalizado nos preços reduz o valor real do dinheiro. Portanto, o controle da inflação é uma preocupação central para os formuladores de políticas econômicas.

A inflação grega se manteve sob controle desde sua queda em 1991 até os anos de 2012, onde o país entrou em um período de deflação (figura 5). O Euro não alterou os níveis passados da inflação presentes na Grécia e a taxa foi mantida em controle por um período considerável, demonstrando uma falta de impacto inicial da adoção ao Euro na taxa de inflação do país.

Figura 5 – Evolução Inflação Grécia



Fonte: tradingeconomics

3 CONCLUSÕES

O presente trabalho procurou analisar os efeitos da adoção ao Euro pela Grécia em sua situação econômica e tentar responder se esta adoção foi a responsável pelo declínio econômico que o país sofreu a partir de 2007, para atingir tal pretexto, foi elaborada uma busca histórica, contextualizando a situação político/econômica grega antes, durante e depois desta adoção. Além disso, foram utilizados indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto e a taxa de juros para fornecer dados relevantes e buscar mais clareza em visualizar as alterações e flutuações que ocorreu com a situação econômica do país.

Após analisar a história da Grécia e sua política econômica nas últimas décadas, é notável a queda de crescimento econômico que o país sofreu após a primeira metade da década de 2000, porém, não é possível associar com clareza e certeza esta queda econômica a adoção ao Euro.

Primeiramente, o país se encontrava ainda em crescimento relativamente parelho após a adoção ao Euro por pelo menos mais 6

anos, foi apenas com a crise dos *subprimes* de 2008, que a economia grega realmente se encontrou em uma espécie de colapso, onde viu a queda do PIB, o aumento dos juros e da inflação e o início de uma crescente taxa de desemprego, chegando até em torno de 27% em 2013. E o recesso durou por pelo menos 14 anos (2021), onde ainda não conseguiu voltar aos níveis de PIB presentes no início de 2007.

Não obstante, a recuperação grega não ocorreu como o dos demais países da União Europeia e do mundo, porém, não há evidências concretas suficientes que indiquem uma influência significativa do Euro ser o grande responsável de barrar essa recuperação. Ingressar na UE e aderir ao Euro implica aos países adotar a política econômica imposta pelo Banco Central Europeu, políticas essas que aparentam ter sido ineficazes em lidar com a crise de maneira adequada e veloz. Contudo, não se pode dizer que o país teria se saído melhor nesta situação se não tivesse se integrado por completo ao bloco econômico e fizesse suas próprias políticas, pois elas poderiam ser ou não mais eficazes em combater a crise, vale dizer que não há maneira concreta de deduzir quais medidas seriam adotadas no lugar daquelas impostas pelo Banco Central Europeu e se elas seriam eficazes, sem adentrar um jogo de possibilidades infinitas onde não há empiricismo no assunto.

Evidencia-se, portanto, que apesar da economia grega encontrar-se num declínio a partir de 2007 e ainda não ter se recuperado (ao menos em níveis de PIB) até ao menos 2021 (última data de dados disponíveis). A adoção ao Euro não pode ser declarado culpada com certeza. Não há dados suficientes para alcançar esta conclusão de forma empírica, pois não foram encontradas evidências claras que alternativas melhores

seriam adotadas em seu lugar ou que a situação em si foi causada e piorada pela adesão a EU.

Propõe-se, para futuras investigações, a condução de análises econométricas comparativas entre os demais países europeus impactados pela crise e a Grécia. O objetivo é discernir diferenças e dissimilaridades, com vistas a elucidar comportamentos e desafios que a economia grega enfrentou durante esse período, e que poderiam ser os responsáveis por sua deficiente recuperação.

REFERÊNCIAS

ALOGOSKOUFIS, G. Greece and the Euro: A Mundellian Tragedy. **Hellenic Observatory Discussion Papers**, n. 136, p. 16–19, maio, 2019.

ALOGOSKOUFIS, G. Historical Cycles of the Economy of Modern Greece From 1821 to the Present. **SSRN Electronic Journal**, 2021.

BENHAM, F. The Marshall Plan and Its Meaning. **International Affairs**, v. 32, n. 3, p. 356–357, jul. 1956.

CAMARGO, Sonia de. **A União Europeia: Uma Comunidade em Construção**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

CRAWFORD, M. **One Money for Europe?: The Economics and Politics of Maastricht**, 1993.

COMISSÃO Europeia. Serviço das Publicações da União Europeia. **Breve guia da UE**. 2021. Disponível em: <https://op.europa.eu/webpub/com/short-guide-eu/pt/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

EUROSTAT. **GDP and main components**: (output, expenditure and income). 2023a. Disponível em:

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NAMA_10_GDP__custom_5671400/default/table?lang=en. Acesso em: 04 abr. 2023.

_____. **Unemployment by sex and age**: – Monthly data. 2023b.

Disponível em:

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/UNE_RT_M__custom_3761903/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=e8fdfad7-74a2-4074-99f1-d92cb0583cf5. Acesso em: 04 abr. 2023.

ECB - European Central Bank: **Eurosystem**. 2023. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/euro/html/index.en.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

GARCIA, M.E.; SANDOVAL, M. A. **Fundamentos de economia**. 5ª edição. Saraiva Educação S.A., 2017.

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Crisis Program Review**. Washington, DC. International Monetary Fund, 2015

INTERNATIONAL Monetary Fund. Imf Data. **Acess to macroeconomic & financial data**: Government Finance Statistics (GFS). International Monetary Fund, 2023. Disponível em: [https://data.imf.org/?sk=a0867067-d23c-4ebc-ad23-](https://data.imf.org/?sk=a0867067-d23c-4ebc-ad23-d3b015045405&sld=1544448157598)

_____. **Acess to macroeconomic & financial data**: Government Finance Statistics (GFS). International Monetary Fund, 2023. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=a0867067-d23c-4ebc-ad23-d3b015045405&sld=1544448157598>. Acesso em: 07 abr. 2023.

KOLIOPOULOS, John S; VEREMIS, Thanos M. **Modern Greece: A History since 1821**. 1. ed. United Kingdom: WILEY-BLACKWELL, 2010. ISBN 978-1-4051-8681-0.

LESZEK BALCEROWICZ; FISCHER, S. **Living standards and the wealth of nations : successes and failures in real convergence**. Cambridge, Mass.: Mit Press, 2006.

NIKIFOROS, M. C.; CARVALHO, L.; SCHODER, C. “Twin deficits” in Greece: in search of causality. *Journal of Post Keynesian Economics*,

v.38, n. 2, pp. 302-330, 2015a. Disponível em:
DOI: 10.1080/01603477.2015.1065675. Acesso em: 07 abr. 2023.

NIKIFOROS, M.; PAPADIMITRIOU, D. B.; ZEZZA, G. The Greek public debt problem: O problema da dívida pública grega. **Nova Economia**, v. 25, n. spe, p. 777–802, 2015b. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/neco/a/LjXFTkFTkwwqYLmfCRFc6mQ/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 07 abr. 2023.

OECD. Organisation For Economic Co-Operation And Development. **Societies in transition** : the future of work and leisure. Paris: Organisation For Economic Co-Operation And Development ; Washington, D.C, 1994.

OVERTVELDT, J.V. **O fim do EURO**: A história da moeda da União Europeia e seu futuro incerto. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PAULANI, L.; BRAGA, M.B. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2008.

PECEQUILO, C.S. **A União Europeia**: Os desafios, a crise e o futuro da integração. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.

ROCHOLL, Jörg; STAHLER, Axel. **Where did the Greek bailout money go?** Berlin, Germany: ESMT European School of Management and Technology, 2016.

SCHODER, C.; PROAÑO, C.R.; SEMMLER, W. Are the Current Account Imbalances Between EMU Countries Sustainable? Evidence from Parametric and Nonparametric Tests. **Journal of Applied Econometrics**, v.28, pp.1179-1204, 2013.

SERVIÇO das Publicações da União Europeia. Comissão Europeia. **Breve guia da UE**. europa.eu, 2021. Disponível em:
<https://op.europa.eu/webpub/com/short-guide-eu/pt/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SERVIÇO Das Publicações Da União Europeia. **Como funciona a união europeia** – Guia das instituições da união europeia. Dhnet.org.br,

2008. Disponível em: <https://op.europa.eu/webpub/com/short-guide-eu/pt/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SOARES, A.C.G. **O impacto da Política Monetária do BCE na Zona Euro**: Os casos de Alemanha/Luxemburgo e Portugal/Grécia. Universidade do Minho, 2013.

SOROS, G. The crash of 2008 and what it means : the new paradigm for financial markets. New York: Publicaffairs, 2009.

TWB, The World Bank. **GDP growth (annual %) - Greece, 2020**.

Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/GC.DOD.TOTL.GD.ZS?locations=GR>. Acesso em: 07 abr. 2023.

TWB, The World Bank. **GDP growth (annual %) – Germany, 2023**.

Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2019&locations=GR&start=2001&view=chart>. Acesso em: 07 abr. 2023.

ZAIOTTI, R. **Cultures of border control**: Schengen and the evolution of European frontiers. Chicago: University Of Chicago Press, 2011.